



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Ata da 1ª Reunião de 2021 do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGOVTIC)

1. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO

Data: 08/02/2021 Hora: 16h Local: sala de videoconferência da SETIC

Tipo de reunião: Extraordinária

2. PARTICIPANTES

Nome	Cargo / Lotação
Magda Aparecida Kersul de Brito	Desembargadora do Trabalho
Heloísa Menegaz Loyola	Juíza Auxiliar da Presidência
Jorge Batalha Leite	Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa
Edilson Soares de Lima	Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Judicial
Marcelo Donizeti Barbosa	Juiz Auxiliar da Corregedoria
Moisés dos Santos Heitor	Juiz Titular de Vara do Trabalho
Oswaldo José Costa da Silva Leme	Secretaria Geral da Presidência (SGP)
Rômulo Borges Araújo	Diretoria Geral da Administração (DGA)
Renata Aparecida Cursino Pires	Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira (SCOF)
Aquiles Jose Malvezzi	Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações (SPACL)
Marcio Nisi Gonçalves	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC)
Alexandre Gomes Barriento	Coordenadoria de Apoio aos Serviços de TIC (CASTIC)
Cristiano Munerati	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC (CITIC)
Hudson Lincoln Gomes dos Santos	Coordenadoria de Sistemas de TIC (CSISTIC)
Cláudia Sant'Anna Pinheiro	Coordenadoria de Segurança de TIC (CSTIC)
Ricardo Alex Serra Viana	Coordenadoria Apoio ao Planejamento e à Governança de TIC (CAPGTIC)
Márcio Vinícius Gimenes Milan	Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos (SGEP)
Ramon Chiara	Seção de Gestão de Incidentes em Segurança da Informação (SGISI)
Rogério Machado de Almeida	Seção de Compliance de TIC (SCTIC)
Sarah Soares de Oliveira e Sousa	Seção de Sustentação das Estratégias de TIC (SSETIC)

3. DELIBERAÇÕES

1. Validação de nova versão do MGD com indicadores

O Comitê foi informado de que o Modelo de Gestão de Demandas (MGD) trata do controle de demandas de desenvolvimento, adequação ou melhorias de sistemas de TIC e impacta diretamente no trabalho realizado na CSISTIC. O modelo passou por uma revisão e, como os demais processos de trabalho, necessita ser apreciado pelo Comitê.

A SETIC explicou que a nova versão do MGD foi finalizada em 2020. Considerando que os processos de trabalho de TIC necessitam de aprovação formal do CGOVTIC, o tema foi trazido



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

para a apreciação, de modo que haja a definição de como será o protocolo para aprovação de processos de TIC pelo Comitê.

Após uma breve contextualização sobre o histórico dos processos de trabalho da SETIC e a forma de trabalho das formações anteriores do Comitê, considerando que o assunto é técnico e os processos passam pela aprovação prévia do Comitê de Gestão de TIC (CGTIC), formado pelos diretores das coordenadorias da SETIC, ficou decidido que:

- Quando houver necessidade de apreciação de processos de trabalho de TIC pelo CGOVTIC, a documentação deve ser enviada por e-mail com um resumo ressaltando a atuação do Comitê no processo, se houver, e um detalhamento das mudanças, em caso de revisão. Fica estabelecido um prazo de 5 dias úteis para manifestações e se não houver nenhuma contrariedade o processo será considerado aprovado. Caso ocorra alguma dúvida, a SETIC deve expor o assunto em reunião para os esclarecimentos necessários. A SETIC também enviará comunicação via WhatsApp para notificar os integrantes do Comitê sobre o envio da demanda.

2. Auditoria processos CSJT 2021 e Relatório de Gestão TCU 2020-2021

Foi explicado ao Comitê que a SETIC está respondendo uma auditoria do CSJT referente a processos de TIC e também um pedido de informações da SGEP para o relatório de gestão do TCU 2020-2021, sendo necessário definir com o Comitê como esse tipo de demanda será tratada quando surgir.

A SETIC informou que o relatório de gestão é respondido anualmente e que o prazo seria até a presente data, e questionou a SGEP se haveria alguma margem para adiá-lo de forma que as sugestões de respostas possam ser validadas pelo CGOVTIC. A SGEP definiu um novo prazo para o dia 19/02/2021, explicando que várias unidades do Tribunal enviam os dados e eles são normatizados e trabalhados graficamente pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM) para serem disponibilizados para a sociedade até o final de março.

As minutas de respostas para o relatório TCU e para a auditoria CSJT de processos de TIC foram apresentadas e após discussão sobre o tema ficou decidido que:

- As sugestões de respostas para o Relatório de Gestão TCU 2020-2021 devem ser enviadas ao Comitê por e-mail na data de hoje, com prazo para manifestações até o dia 12/02/2021. Se não houver nenhuma contrariedade as sugestões serão consideradas aprovadas.
- Em relação à auditoria de processos CSJT 2021, as respostas serão encaminhadas para o Comitê para ciência pois trata-se de assunto factual e objetivo com base na realidade do que já existe em relação aos processos de TIC.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

O Comitê entende que demandas semelhantes devem seguir o mesmo protocolo para aprovação, salvo se houver algum caso pontual que necessite ser discutido em reunião. Além do e-mail, a SETIC também enviará comunicação via WhatsApp para notificar os integrantes do Comitê sobre o envio da demanda.

3. Normativos atendidos parcialmente em virtude da pandemia

A SETIC explicou ao Comitê que durante a pandemia houve a necessidade de realizar algumas adequações na forma de trabalho que eventualmente podem ter gerado alguma desconformidade em relação a normativos. Diante disso, a SETIC está fazendo o levantamento desses normativos e na próxima reunião eles serão trazidos para que o Comitê discuta caso a caso como proceder, por exemplo: se o normativo deve ser alterado caso seja algo que se vislumbre continuar acontecendo a longo prazo, ou se deve-se “convalidar” os atos realizados neste período por conta da pandemia e manter o normativo inalterado. O Comitê destacou que essa análise deve ser realizada com cautela. A SETIC reforçou a importância e destacou que a área de Compliance de TIC realiza as análises de conformidade das normas periodicamente.

A SETIC fará o levantamento e o assunto será tratado em reunião futura.

4. Modens sem utilização

O Comitê foi informado de que em 2020 foram disponibilizados modens para secretários de audiência, visto que os mesmos exercem atividades que não podem parar caso ocorra algum problema com a internet de suas residências. A SETIC explicou que há cerca de 100 modens sem utilização porque muitos servidores não foram retirar, ponderando que geralmente é complexo quantificar aquisições de itens cujo uso não é obrigatório.

Diante do cenário foram discutidas algumas alternativas para solucionar o problema, tais como:

- Questionar os secretários se ainda há interesse no equipamento e solicitar retirada;
- Realocar equipamentos para outras áreas que demandaram;
- Devolver os equipamentos.

Foi esclarecido ao Comitê que o contrato atual foi prorrogado por 30 meses e está vigente até março de 2023, com custo de cerca de R\$ 12,00 (doze reais) mensais, por modem.

Após ampla discussão sobre as alternativas, visto que já foram realizadas duas comunicações anteriores com os secretários de audiência e que há equipamentos sem utilização, ficou decidido que:

- Os modens sem utilização devem ser destinados às outras áreas que os demandaram.

A SETIC apresentará, em reunião futura, a relação de áreas que solicitaram modens.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

5. OFÍCIO CSJT.SG.CCAUD Nº 115/2019 e anexo 10 de março de 2020 15:27

O Comitê foi informado de que houve uma recomendação de auditoria do CSJT no sentido de que equipamentos em garantia não devem ser mantidos em reserva técnica.

O Comitê questionou se existe o registro de equipamentos solicitados com frequência, que demandariam utilizar a reserva técnica. A SETIC informou que há variação dependendo do tipo de equipamento, exemplificando que há um lote de 126 notebooks cujo prazo para reparo é de 5 dias úteis, impossibilitando a continuidade do trabalho do Magistrado ou servidor durante esse período. Caso ocorra substituição temporária por um notebook antigo fora de garantia, o Comitê entende como inviável a execução adequada do trabalho.

Considerando essas informações e após discussões, o Comitê decidiu que, dado o porte do TRT2, em determinadas situações pode ser mantido estoque de reserva técnica para equipamentos em garantia. Para cada nova contratação de TIC, o Comitê deliberará, de acordo com a criticidade de sua utilização e disponibilidade de similar fora de garantia para troca, se devem ser comprados ou não equipamentos para reserva técnica e as respectivas quantidades mínimas, tratando-se o caso como exceção à recomendação de inexistência de reservas técnicas de equipamentos em garantia.

A SETIC também deverá apresentar uma lista de contratações anteriores que resultaram equipamentos em garantia sendo atualmente alocados como reserva técnica.

6. Demandas de aquisição

Foi explicado ao Comitê que há algumas solicitações de aquisições pendentes de análise. Houve uma breve discussão sobre orçamento de TIC, contextualizando o histórico de planejamento antes da pandemia, contingenciamento, crédito extra, remanejamento e valor de capital.

O Comitê questionou se há orçamento para as demandas apresentadas, o que foi confirmado pela SETIC. A SETIC explicou a forma de trabalho com a formação anterior do Comitê, destacando que quando as demandas das aquisições são trazidas para análise elas acompanham as justificativas das áreas e o Comitê define se deve priorizar e reservar um orçamento para a demanda ou não.

A SETIC explicou que, segundo informações da SCOF, para 2021 a tendência é que a Lei Orçamentária Anual (LOA) seja aprovada em março, e que, por enquanto, os gastos estão limitados aos contratos que já estejam em execução.

Nesse contexto, o Comitê entendeu que os itens a seguir devem ser tratados futuramente em momento oportuno.

6.1 Software de controle de acesso ao Edifício Sede



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

6.2 PROAD-17286-2020 - Licenças Solução BI

6.3 PROAD-17361-2020 - Software de projetos elétricos

6.4 PROAD-98804-2020 - Aquisição de impressora laser colorida alto volume

7. Novo padrão de impressoras para as Varas do Trabalho em 2021

A SETIC explicou brevemente o padrão atual de disponibilização de equipamentos de impressão para as varas do trabalho: as que foram eletrônicas desde a criação possuem uma única impressora multifuncional; as que não eram eletrônicas desde a criação têm uma multifuncional e 3 impressoras laser. A garantia de todas as impressoras vai se encerrar ao longo de 2021. A SETIC informou que pretende fazer o recolhimento dessas impressoras e compor uma reserva técnica de modo que possibilite que existam equipamentos para substituir e não precise de um contrato de manutenção imediatamente após um eventual retorno ao trabalho presencial. Para o futuro a ideia é fazer uma revisão no modelo, pois em virtude do aumento do trabalho remoto na pandemia de Covid 19, é necessário reavaliar os padrões de disponibilização de impressoras para as unidades.

A SETIC apresentou algumas alternativas para o futuro:

- Celebrar contratos de manutenção dos equipamentos, solução que teria efetividade temporária;
- Compartilhamento de impressoras de maior porte entre determinadas unidades.

Considerando que há estudos no CSJT a respeito de novas estruturas para a 1ª instância da Justiça do Trabalho, o Comitê optou por adiar eventual adoção de novo padrão, incluindo cenários em que os equipamentos de impressão seriam compartilhados.

8. Avaliação do PETIC 2016-2020

Assunto adiado para a reunião do dia 23/02. A apresentação dos resultados obtidos no ciclo estratégico 2016-2020 será enviada por e-mail e discutida na próxima reunião.

4. ENCERRAMENTO

A próxima reunião ordinária do Comitê ficou agendada para o dia 23/02/2021 às 16h.

São Paulo, 08/02/2021

5. ASSINATURA

DESEMBARGADORA MAGDA APARECIDA KERSUL DE BRITO